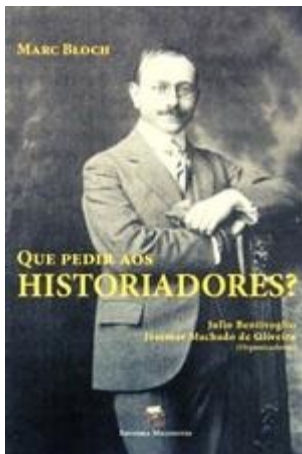


Marc Bloch fala de Teoria – resenha de “Que pedir aos historiadores?”, de Marc Bloch

01 setembro 2021 | Resenhado por Itamar Freitas



Que pedir aos historiadores? é um livro que reúne onze textos de Marc Bloch (1886-1944), organizados por Julio Bentivoglio e Josemar Machado de Oliveira e publicado pela Editora Milfontes (2019). Não é mais uma coletânea de discursos propedêuticos. É, simplesmente, a coletânea do teórico da História mais citado no Brasil. Ela chega quando a História (domínio científico e componente curricular) está sob forte ataque de grupos civis e militares, nos estimulando a lembrar os valores e “os critérios que marcam a correção das nossas análises científicas” (Almeida, 2019, p.25), ou seja, a coletânea nos convida, mais uma vez, a discutir “Teoria da História” como domínio epistemológico legitimado a partir das práticas daqueles que o produzem com principal atividade das suas vidas.



O estímulo já vem do título, que é uma incógnita. Como frase realista, o *Que pedir aos historiadores?* pode remeter à interrogação do próprio Bloch – “Que pedir à História?” – dirigida aos economistas e respondida de maneira cirúrgica: pedir o objeto (o passado) e pedir o método (a crítica) (p.139-140). Como metáfora, o título pode prescrever a todos os historiadores o cultivo de certa ideia de humanidade, o dever do engajamento político, a defesa da identidade nacional ou repetir a orientação endereçada aos pesquisadores da economia do seu tempo: a atenção ao passado longínquo e às operações da crítica histórica.

Sem se referir ao título, o prefaciador Alexandre Avelar apresenta as qualidades da obra com as quais concordamos em parte: “vitalidade”, sim; mas, “originalidade”, não. Inquirições “metodológicas”, sim; inquirições “epistemológicas”, em parte. Avelar também fornece duas importantes chaves de leitura estratégicas para a formação do profissional da História: (1) a coletânea depõe sobre “o próprio fazer-se de Bloch” e (2) a coletânea provoca uma “fissura” na monumentalização do historiador francês”. (Avelar, 2001, p.7-8).

O organizador Josemar de Oliveira ocupa-se do tríptico caráter da personalidade de Bloch: “historiador-soldado-patriota”. Um desses traços é o combate à “mentira”. Ao explorar o tema, Oliveira revela a oportunidade brasileira de pôr o discurso de Bloch em evidência: um Brasil de governantes negacionistas, entreguistas e (complementaríamos) lacaios do imperialismo *yankee*. São essas mazelas, a exemplo da volta ou da emersão do fascismo, que nos ajudam a compreender a razão da “vitalidade” da obra de Bloch.

Não estamos convencidos, como Oliveira (e Olivier Dumoulin), de que Bloch, “mais do que qualquer um”, tenha realizado a ‘articulação da obra e da vida’. Não acreditamos que nós tenhamos articulado intencionalmente demandas privadas e demandas coletivas a ponto de transformá-las em trajetórias. É fato, inclusive, que encontramos dificuldades para explicitá-las coerentemente em entrevistas e ensaios de ego-história. O que aconteceu com Bloch, provavelmente, foi um raro cruzamento entre fatores que, *pos factum*, transformaram as suas proposições e ações sobre ciência da História e sobre conduta cidadã em produtos (ou exemplos) de alta qualificação para nós. Procuramos um Bloch e, em parte, queremos ser esse Bloch que inventamos. A maioria de nós, entretanto, não é constituída, simultaneamente, por grandes *insights* teóricos e grandes ações de cidadania. Brindados com a sorte, o azar ou o acaso, o máximo que conseguimos é o reconhecimento pela primeira atividade e a indiferença pela segunda, e vice-versa. O caso de Bloch foi uma raridade.

No segundo texto de apresentação – “Marc Bloch e a revista dos *Annales*” –, Julio Bentivoglio oscila entre narrar a trajetória do personagem *Annales*, comentar a relação Bloch/Febvre e caracterizar a teoria da História de Bloch. É certo que o objetivo declinado foi “alinhar o pensamento historiográfico daquele autor”, usando a *Revista* como solo de experimentação e de disseminação de teses. Mas o livre fluxo da narração entre os termos “paradigma” e “campo” e o emprego indiscriminado de “profissionalização do ofício do historiador e de institucionalização da ciência histórica” impedem o narrador de avançar para além das histórias contadas em nossos conhecidos manuais de Teoria e de História da Historiografia. Tarefa superior seria cumprida (aqui vai somente um desejo) caso Bentivoglio reproduzisse, integralmente, a conferência

proferida no Encontro da Associação Nacional de História (Anpuh), em Limoeiro-CE (citada no texto), onde há boa fortuna crítica sobre o francês. O título da fala, “Desconstruindo Marc Bloch (1886-1944): um guia de leitura para os brasileiros”, por si só, indica o valor do texto e a oportunidade da sua leitura para ampliar a compreensão das teses de Bloch, comunicadas nessa coletânea.

Os onze capítulos selecionados por Bentivoglio e Oliveira comunicam ideias do francês sobre “crítica histórica”, “crítica de testemunho”, “história universal”, “memória coletiva”, “método histórico” e “história comparada” e atribuem valor, por exemplo, ao trabalho de H. G. Wells, Fustel de Coulanges, Henri Pirenne. São textos produzidos entre 1914 e 1940, vazados em distintos gêneros. Privilegiando as ideias, contudo, é possível recortá-los de várias maneiras, das quais ensaio duas: as macro demandas que pautam as suas falas sobre Teoria da História e as convergências da maior parte dessas ideias em torno de uma Teoria análoga a modelos das Ciências Naturais.

Pela primeira perspectiva, vemos que Bloch produz teoria quando prescreve métodos e objetos de modo relacional ou de modo isolado, em forma de proposições intercaladas, a exemplo de: (1) O método da História é a crítica histórica; (2) O objeto da História é o passado; (3) O objeto da História é a mudança; ou, ainda, (4) Para ser ciência, a Economia deve adotar o objeto (o passado) e o método da ciência histórica (a crítica).

Assim, Bloch produz Teoria da História do mesmo modo que a maioria dos teóricos e/ou metodólogos ingleses, norte-americanos, belgas, alemães e franceses que viveram entre o último terço do século XIX e o primeiro terço do século XX. Sua teoria é chamada a inventar o Eu da Ciência Histórica ou a coisa desejada pelo historiador, em demanda ocasional de determinada investigação.

A primeira necessidade (afirmar os fins) praticamente não mais existe entre nós, do século XXI. No início do século XX, contudo, demonstrar a cientificidade da História era, para Bloch, uma questão de sobrevivência presente e futura. Ao teorizar sobre História, ele explicitava o papel da separação verdade/mentira na defesa do saber como ciência.

A segunda necessidade (afirmar as coisas e os meios) é prevalente entre nós. Entre as expressões que ganharam notoriedade na obra de Bloch, ainda em vida, estavam “método comparativo” e “método regressivo”. Eram locuções empregadas para construir objetos, como a ideia de nação francesa ou a ideia de Europa. Isso não nos impede, por exemplo, de imaginar que ele mesmo tenha querido empregar tais locuções para cumprir a primeira tarefa (a cientificização da História). Também não nos impede – orientados por escolhas ideológicas ou jogos intrauniversitários de poder – de utilizar a autoridade de Bloch para prescrever o “método comparativo” como “o” método “da” ciência Histórica, a exemplo do que alguns de nós costuma fazer ao empregar as expressões “materialismo histórico” ou “materialismo dialético” (e como fez Bentivoglio) para atribuir idêntica centralidade.

Na coletânea, contudo, essas duas demandas estão misturadas, assim como estão dispersas (e misturadas) as proposições que prescrevem uma “ciência”, as singularidades da “ciência da História”, o “método” dessa ciência Histórica e os “métodos” que medeiam a invenção do objeto “França”, do objeto “Europa” ou do objeto “História Universal”.

Em “Reflexões para um leitor curioso do método” e em “Como e por que trabalha um historiador”, esses elementos estão presentes, mas organizados de diferentes modos. No primeiro texto, a despeito de tratar do *como* (o “método”), Bloch esboça a sua

classificação de ciência para tipificar a História como tal: (5) Todas as ciências são observacionais; (6) História é ciência de observação, mas de observação indireta, ou seja, ciência se conhece por “traços” ou “vestígios”; (7) Os testemunhos (“vestígios” e “traços”) são classificáveis como voluntários e involuntários; e (8) A crítica histórica tem por fim separar o verdadeiro do falso, preencher silêncios e lacunas deixadas pelos “traços” ou “vestígios” (p.159-162).

No segundo texto (“Como e por que trabalha um historiador”), a despeito de tratar do “como” e do “porquê”, Bloch concentra-se nas prescrições sobre as operações do “método”: (9) Deve o historiador tipificar e criticar fontes e (10) Deve o historiador interpretar fontes. (p.169).

Nos demais textos, método comparado, método histórico, ciência da História e ciência estão dispersos, mas podem ser decompostos para melhor apreciação, como fizemos acima (números entre parênteses), em proposições que prescrevem ideais e práticas da Ciência Histórica exportáveis a outras ciências que lidavam com o passado.

Quando atravessamos todos os textos, percebemos outras declarações além das citadas acima. Vemos Bloch inventar teorias da história, submetendo a cientificidade da História aos modelos de cientificidade consolidados por várias ciências físico-naturais. Em geral, ele grafa “ciências”: ciências humanas ou “ciências-crianças” e ciências naturais, às quais deduzimos serem as “ciências-adultas” (p.169).

Não é necessário avançar nas metáforas para concluir que a “Biologia”, a “Física” e a “Química” e, ainda, a Paleontologia são os seus modelos exemplares de “ciência” (no singular), isto é, um conjunto de princípios e procedimentos desinteressados que viabilizam a aquisição do conhecimento do “real” experimentado, os julgamentos de fato (e não de valor) (p.110).

Essa espécie de complexo de inferioridade das Ciências Humanas e/ou sociais em relação às Naturais está explícita em comentários sobre o uso das fontes históricas (p.160). Também está explícita na autorização do uso de taxonomias (como na Biologia) para manipular objetos (gênero < família < tronco) ≡ (França < Europa < Civilização)[1] ≡ (felino < mamíferos < vertebrados) (p.159). Está também expressa em uma série de argumentos disparados a praticantes da História Econômica (p.138), da História universal (H. G. Wells) (p.74) e das sínteses científicas (p.157-158).

As proposições sobre Teoria da História que menos conhecemos e citamos de Bloch são, provavelmente, as mais referidas por ele nesta coletânea e estão espalhadas ao longo da sua carreira. São também, provavelmente, as que menos temos necessidade de citar e as que mais odiaríamos ter que citar, dado o estigma que as envolve, criado, em grande medida, por L. Febvre, H.-I. Marrou e, em alguma parte, pelo próprio Bloch. Essas proposições declaram a centralidade da crítica e/ou da tarefa quadripartite do método. Elas são os traços diacríticos de um historiador genérico e estão destacadas, por exemplo, no discurso para a premiação de secundaristas – “Crítica histórica e crítica de testemunho” (1914) – e no manuscrito em que projeta seu manual de Teoria – “Como e por que trabalha um historiador” (1940) – para o ensino superior.

Penso que a Teoria da História exposta por Bloch é um conjunto de proposições sobre fins, método e objeto. Tais proposições, listadas (e numeradas entre parênteses) ao longo desse texto podem bem servir à formação de uma posição divergente, assentada na seguinte tese: as proposições de Bloch são destinadas a justificar a racionalidade de uma genérica Ciência da História, mas também de justificar a racionalidade de localizados domínios correspondentes à História da França, à História da Europa, à

História Universal, à História Econômica (história das causas que geram consequências) e à História das Mentalidades (história das causas que geram sintomas).

Eu contra-argumentaria, afirmando que nem todas as proposições de fins, método e objeto da Ciência Histórica servem à elaboração daqueles localizados domínios. Nem todas as proposições desses citados domínios se acomodam harmonicamente como justificadores da racionalidade de uma História-Ciência. A comparação (dominante na História da França, por exemplo) não substitui a crítica do testemunho (em uma genérica ciência da História).

Assim, o problema não tanto é saber se Bloch fundou o paradigma contrário à Escola Metódica, mas saber qual a situação comunicativa experimentada e qual o produto foi visado por Bloch todas as vezes em que enunciava proposições de Teoria. Raciocinando dessa maneira, é possível que não vejamos contradição ou ausência de originalidade no seu discurso – naqueles momentos nos quais apoia a crítica e a comparação como “o” método histórico –, mas apenas adaptação às questões sociais demandadas. É também possível que não vejamos contradição entre os critérios de validação das verdades – centrada nos acontecimentos ou nos valores da crítica – apresentados na *Apologia* e os critérios de validação experimentados na *Estranha derrota* – centrados em valores que extrapolam a comunidade de historiadores. Talvez não fossem contradições entre termos, e sim critérios adequáveis a diferentes situações comunicativas.

Em sua primeira passagem pelo Brasil, Fernand Braudel (1902-1985) declarou que os historiadores detestavam os grandes homens por não haver exemplares do tipo entre eles (Braudel, 1955, p.9). Os historiadores da historiografia contestam Braudel, elegendo M. Bloch como ser humano exemplar. Mas é provável que a exemplaridade se justifique muito menos pela grandeza epistemológica da sua obra e mais pela grandeza de humanidade transbordada nos seus textos, com a qual conjunturalmente nos identificamos e na qual buscamos orientação em nossa vida prática.

Isso nos leva a parodiar a questão inicial e interrogar: o que ainda falta pedir aos comentadores de Marc Bloch, enfim? Necessitamos de uma descrição minuciosa dos seus discursos sobre teoria e uma descrição que ponha em relevo as oscilações do seu pensamento no que diz respeito aos fundamentos da identidade atribuível ao historiador e à Ciência Histórica do seu texto. Tratar-se-ia da moral de proceder segundo dominantes padrões de correção metodológica, depositadas nos ideais de certeza das Ciências Naturais e/ou das Ciências Hermenêuticas? Ou seria o caso da moral de transcender os fins epistemológicos e os desejos individuais de promoção no interior da Universidade, projetando as ações do ofício em direção aos bens comuns da liberdade de crença e da convivência democrática?

Por ora, apenas constatamos que as oscilações de Bloch são as oscilações da maioria dos historiadores do nosso tempo. Foram também as oscilações de muitos historiadores brasileiros, durante o golpe contra Dilma Rousseff, a soltura de Luiz Inácio Lula da Silva e, agora, durante os protestos em favor do fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, estimulados por Jair Messias Bolsonaro. Afinal, a quem pertence o poder de estabelecer as regras de validação das verdades históricas? Ele é devedor de uma ciência em geral? Ele está na alçada de uma Ciência da História controlada por uma corporação nacional de historiadores? Pertence a cada domínio histórico controlado por próximos e conhecidos líderes de grupos de pesquisa? Ou pertence a um conjunto de estranhos que lutam pela manutenção de um genérico valor chamado democracia? Se a mais de um for a resposta, qual dentre eles seria o protagonista final?

Essas considerações que faço sobre as suas ideias de Teoria da História, assim como as posições de Bentivoglio e Oliveira, contudo, não determinam os desdobramentos que a leitura da obra pode provocar na mente dos iniciantes e, eventualmente, consumidores da *Apologia do historiador*. Traduzidas e publicadas, as proposições de Bloch têm também o poder de criar redes de neurônios no cérebro dos professores formadores que repetem (alguns, irrefletidamente), há duas décadas, que a “História é a ciência dos homens no tempo” e que a “Escola dos *Annales*” representou uma “revolução” na Historiografia ocidental, frente à historiografia produzida pela “Escola metódica” ou “Escola positivista”.

Por tais razões, a publicação dos textos de Bloch, em grande maioria, ausentes em língua brasileira, já deve ser comemorado. Há tempos, leitores em língua francesa, espanhola e inglesa, possuíam coletâneas que tornavam mais realistas (ou menos hagiográficas) a trajetória intelectual de Bloch e a sua contribuição em termos de teoria e método. Hoje, temos a nossa coletânea e podemos formar nossas próprias convicções sobre a sacralidade de Bloch e a originalidade da sua Teoria.

Nota

[1] (<) Maior do que...; (≡) Equivale a... .

Referências

ALMEIDA, Tiago Santos. *Canguilhem e a gênese do possível: estudo sobre a historicização das ciências*. São Paulo: LiberArs, 2018.

AVELAR, Alexandre de Sá. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Que pedir aos historiadores?* Vitória: Milfontes, 2019. p.7-9.

BENTIVOGLIO, Julio. *Desconstruindo Marc Bloch (1886-1944): um guia de leitura para os brasileiros*. Conferência proferida durante o XIV Encontro Estadual de História. Limoeiro do Norte, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/26629938/Desconstruindo_Marc_Bloch. Consultado em 09 nov. 2019.

BENTIVOGLIO, Julio. Marc Bloch e a revista dos *Annales*. In: BLOCH, Marc. *Que pedir aos historiadores?* Vitória: Milfontes, 2019. p.31-67.

BRAUDEL, Fernand. Pedagogia da História. *Revista de História*. São Paulo: v.11, n.23, p.3-21, 1955. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36464>. Capturado em 9 mar. 2020.

OLIVEIRA, Josemar Machado de. Marc Bloch: historiador-soldado-patriota. In: BLOCH, Marc. *Que pedir aos historiadores?* Vitória: Milfontes, 2019. p.17-29.

Sumário de *O que pedir aos historiadores?*

- Prefácio
- Sobre esta tradução
- Marc Bloch: historiador-soldado-patriota – *Josemar Machado de Oliveira*
- Marc Bloch e a revista dos *Annales* – *Julio Bentivoglio*
- **Marc Bloch** – *Textos selecionados*
 - Crítica histórica e crítica de testemunho (1914)
 - Uma nova história universal: H. G. Wells historiador (1922)
 - Memória coletiva, tradição e costume (1925)
 - O Congresso das Ciências Históricas em Oslo (1929)
 - Fustel de Coulanges, historiador das origens francesas (1930)
 - Henri Pirenne, historiador da Bélgica (1932)
 - O erro coletivo do “Grande Medo” como sintoma de um estado social (1933)
 - Projeto de um ensino de história comparada das sociedades europeias (1934)
 - Que pedir à História? (1937)
 - Reflexões para um leitor curioso do método (1939)
 - Como e porque trabalha um historiador (1940)
- Referências bibliográficas

Resenhista



Itamar Freitas – Doutor em História (UFRGS) e em Educação (PUC-SP), Professor do Departamento de Educação e do Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal de Sergipe, e editor do blog *Resenha Crítica*. Publicou, entre outros trabalhos, *Uma introdução ao método histórico* (2021) e “**Objetividade histórica no Manual de Teoria da História de Roberto Pirgibe da Fonseca (1903-1986)**“. E-mail: itamarfreitas@gmail.com

Para citar esta resenha

BLOCH, Marc. *Que pedir aos historiadores?* Vitória: Milfontes, 2019. 198p. (Organizado por Julio Bentivoglio e Josemar Machado de Oliveira). Resenha de: FREITAS, Itamar. Marc Bloch fala de Teoria. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.1, n.1, set./out. 2021.

Baixar esta resenha em PDF

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA)